

# POVO LIVRE

## QUEREMOS MELHORAR AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS PORTUGUESES

No discurso da tomada de posse, Luís Montenegro declarou “guerra à burocracia”, assegurando que “a reforma do Estado é para fazer”, sem ser “contra ninguém”

### 09 PARLAMENTO EUROPEU

#### SÉRGIO HUMBERTO EM MISSÃO DE AVALIAÇÃO NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

Sérgio Humberto, eurodeputado do PSD membro da delegação à Assembleia Parlamentar África-UE, participou numa missão do Parlamento Europeu na República Democrática do Congo

### 14 LOCAIS

#### FEIRA ABRE ENSINO SECUNDÁRIO NA EB 23 DE PAÇOS DE BRANDÃO

A Escola EB 2/3 de Paços de Brandão vai passar a lecionar ensino secundário no próximo ano letivo, anunciou a Câmara de Santa Maria da Feira, antecipando para o local obras de 8,5 milhões de euros em 2027

### 16 REGIONAIS

#### É TEMPO DE AFIRMAR OS AÇORES COMO “REGIÃO DE OPORTUNIDADES”

O Presidente do Governo Regional dos Açores defende que é tempo de o arquipélago se afirmar como “região de oportunidades” e que Portugal “tem tudo a ganhar” se souber valorizar o seu potencial

# PORTUGALIDADE E EUROPA

**Integrar a União Europeia permitiu beneficiar de projetos de coesão que aceleraram o crescimento e a modernização do país, ao mesmo tempo que, consolidando e blindando o processo de democratização iniciado apenas 11 anos antes, criou as condições estruturais essenciais para um investimento sério na educação, na ciência, no conhecimento e na cultura, dando-nos oportunidades de chegar a diferentes latitudes com outra presença.**

**EMÍLIA SANTOS**  
Diretora do Povo Livre



Esta semana, a edição do **Povo Livre** acontece entre duas importantes datas da portugalidade.

Ontem, comemorou-se o Dia de Portugal, com o epicentro em Lagos e com discursos marcantes de Lídia Jorge e do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa – neste caso, com especial sublinhado por ser o último enquanto mais alto magistrado da Nação. Ambos coincidiram numa mensagem de grande significado, ao lembrarem que um país com quase 900 anos de história tem, indiscutivelmente, de refletir um extraordinário e riquíssimo mosaico de raízes e culturas, o que em muito contribuirá para a nossa célebre capacidade de diálogo com os mais diferentes povos.

Essa nossa característica terá, também, contribuído para o sucesso do processo de adesão à Comunidade Económica Europeia (hoje conhecida por União Europeia), que culminou com a assinatura do Tratado dos Jerónimos a 12 de junho de 1985, data que se assinala amanhã.

Celebram-se, pois, 40 anos dessa conquista que se revelou decisiva para o extraordinário ciclo de desenvolvimento que Portugal iniciou, com impacto profundo e transversal a todas as áreas da sociedade.

De facto, integrar a União Europeia permitiu beneficiar de projetos de coesão

que aceleraram o crescimento e a modernização do país, ao mesmo tempo que, consolidando e blindando o processo de democratização iniciado apenas 11 anos antes, criou as condições estruturais essenciais para um investimento sério na educação, na ciência, no conhecimento e na cultura, dando-nos oportunidades de chegar a diferentes latitudes com outra presença.

Por isso, se o nosso Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas é uma importante celebração, vincar a importância da entrada para a União Europeia é, a todos os níveis, pertinente. Até porque há, indubitavelmente, um património de valores humanistas que é comum neste espaço europeu de que fazemos parte e que nos distingue. E, num tempo de intolerância e de egoísmos, é bom termos consciência de foi com a paz, com a compreensão entre os povos, com o respeito pelos outros que conseguimos crescer e alcançar níveis de desenvolvimento assinaláveis. Se queremos corrigir a desigualdade e a injustiça que persistem, não será, certamente, através de divisionismos que conseguiremos o que desejamos.

Celebrar Portugal é celebrar uma mundividência singular. Saibamos, pois, honrar o nosso património histórico, cultural e civilizacional contribuindo para um mundo mais desenvolvido e tolerante.

A photograph showing the President of the Republic and the Prime Minister of Portugal signing a document at a formal ceremony. The President, a woman in a black dress, and the Prime Minister, a man in a dark suit, are leaning over a wooden table. The table has a microphone and some decorative items. The background is a red wall with a white column.

# QUEREMOS MELHORAR AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS PORTUGUESES

O Presidente da República deu posse ao Primeiro-Ministro, Luís Montenegro, e aos ministros do XXV Governo Constitucional, numa cerimónia no Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa, na quinta-feira, 5 de junho de 2025.



Na Sala dos Embaixadores do Palácio Nacional da Ajuda, 18 dias depois das eleições legislativas de 18 de maio, o chefe de Estado empossou o Primeiro-Ministro e depois os 16 ministros do Executivo PSD/CD-S-PP chefiado por Luís Montenegro.

No discurso da tomada de posse, Luís Montenegro declarou “guerra à burocracia” e “à cultura de quintal” entre entidades da administração pública, assegurando que “a reforma do Estado é para fazer”, sem ser “contra ninguém”.

“Declaro hoje guerra à burocracia, à falta de capacidade de articulação entre organismos públicos, à demora na resposta às solicitações das pessoas, das instituições e das empresas, ao excesso de regulamentação e à cultura de quintal de muitas entidades, funcionários e dirigentes”, afirmou.

O chefe do Governo assinalou que foi por esse motivo que criou o Ministério da Reforma do Estado, sob sua responsabilidade direta, para concretizar esta transformação. “Fica muito claro que todos os departamentos do Governo e do Estado

serão chamados a colaborar neste objetivo nacional. Estamos a falar de competitividade económica, de cidadania, mas também de otimizar e libertar recursos financeiros para pagar melhores salários e garantir carreiras mais atrativas na Administração Pública”, garantiu.

Luís Montenegro falou sobre a necessidade de crescimento económico, citando Francisco Sá Carneiro para dizer que os portugueses “estão ansiosos por que se deixem os governantes de debate ideológico, de grandes discursos, para se aterem ao exercício singelo e discreto da sua função: trabalhar para resolver os problemas das pessoas, os problemas da nação.”

A esse propósito, insistiu que é fundamental combater a pobreza. “Transformar Portugal é o caminho para combater a pobreza, em todas as suas expressões. Só criando mais riqueza podemos aumentar os rendimentos de todos. Dos trabalhadores e dos pensionistas. Só criando riqueza, podemos fixar e atrair talento e dar esperança à juventude. Só criando ri-

queza, garantimos o Estado Social e o funcionamento do elevador social. A saúde, a escola, a habitação, a mobilidade, a cultura, o desporto, o ambiente, a energia”, referiu.

O Primeiro-Ministro reiterou a necessidade de subir salários e baixar impostos. “Não há coisa mais legítima do que ser premiado pelo esforço de trabalho, pelo resultado obtido”, assinalou.

Em matéria de Defesa, Luís Montenegro anunciou que Portugal vai antecipar o objetivo de atingir o investimento de 2% do PIB neste setor, “se possível já este ano”, sem pôr em causa as contas certas ou funções sociais. “Nesse contexto, apresentarei na próxima cimeira da NATO a antecipação do objetivo de alcançarmos 2% do PIB nos encargos desta área, se possível já este ano de 2025”, revelou.

No domínio da imigração, a linha do Governo será assegurar “uma política migratória responsável, regulada e humanista”, “enquanto elemento fundamental ao sucesso económico e à estratégia de criação de riqueza”.





## “A estabilidade política é uma tarefa de todos”

Luís Montenegro defendeu igualmente que *“a estabilidade política é uma tarefa de todos”*, agradeceu ao Presidente da República a cooperação impecável e assegurou diálogo e convergências com a oposição.

*“É com enorme honra, acrescido sentido de responsabilidade e renovado empenho que assumo o compromisso de continuar a servir Portugal exercendo as funções de primeiro-ministro”*, apontou.

O Primeiro-Ministro reiterou perante o Presidente da República, a *“firme e leal cooperação institucional e colaboração produtiva”*. *“Quero expressar-lhe o nosso reconhecimento pela forma impecável com que temos vindo a cooperar na defesa do interesse nacional, do prestígio das instituições e da coesão social do nosso país”*, destacou.

Sobre as eleições legislativas, Luís Montenegro considerou que, *“com a sua particular e profunda sabedoria, o povo falou e decidiu reforçar a confiança no projeto político”* que lidera.

*“Fê-lo atribuindo-nos uma maioria maior, com expressão significativa de representatividade face às segunda e terceira forças políticas. E fê-lo ao consagrar a coligação que lidero como a força político-partidária que mais aumentou a representação parlamentar”*, venceu.

Luís Montenegro manifestou receber essa confiança com *“sentido de responsabilidade”*, mas também disse ter ouvido e entendido *“com humildade”* a responsabilidade que os eleitores deram às oposições.

*“E é com humildade que ouvimos e entendemos a confiança que foi endossada às oposições, que respeitaremos e escutaremos, procurando as convergências que as pessoas reclamam”*, disse.

Para o Primeiro-Ministro, *“a estabilidade política é uma tarefa de todos”*.

Citando Agustina Bessa-Luís, Luís Montenegro frisou que *“o país não precisa de quem diga o que está errado; precisa de quem saiba o que está certo”*.



## Posse dos ministros

Nos termos do artigo 187.º da Constituição, "o Primeiro-Ministro é nomeado pelo Presidente da República, ouvidos os partidos representados na Assembleia da República e tendo em conta os resultados eleitorais", enquanto "os restantes membros do Governo são nomeados pelo Presidente da República, sob proposta do primeiro-ministro".

O segundo membro na hierarquia do Governo é o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, seguindo-se o ministro de Estado e das Finanças, Joaquim Miranda Sarmento, o ministro da Presidência, António Leitão Amaro, e o ministro da Economia e da Coesão

Territorial, Manuel Castro Almeida.

O novo ministro Adjunto e da Reforma do Estado, Gonçalo Matias, foi o 6.º a tomar posse, seguindo-se o ministro dos Assuntos Parlamentares, Carlos Abreu Amorim (que subiu de secretário de Estado na mesma pasta), o ministro da Defesa Nacional e líder do CDS-PP, Nuno Melo, e o ministro das Infraestruturas e Habitação, Miguel Pinto Luz.

Seguiram-se a ministra da Justiça, Rita Alarcão Júdice, e a segunda cara nova deste Governo, a ministra da Administração Interna, Maria Lúcia Amaral.

O ministro da Educação, Ciência e

Inovação, Fernando Alexandre, a ministra da Saúde, Ana Paula Martins, a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Maria do Rosário Palma Ramalho, a ministra do Ambiente e Energia, Maria da Graça Carvalho, a ministra da Cultura, Juventude e Desporto, Margarida Balseiro Lopes, e o ministro da Agricultura e Mar, José Manuel Fernandes, completam a lista de 16 ministros.

Na sexta-feira, o Presidente da República deu, por sua vez, posse aos 43 secretários de Estado do XXV Governo Constitucional.

# COMPOSIÇÃO DO XXV GOVERNO CONSTITUCIONAL



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

XXV GOVERNO CONSTITUCIONAL



**MINISTRO DE ESTADO E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**

Paulo Rangel

Secretária de Estado dos Assuntos Europeus

Inês Domingos

Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação

Ana Isabel Xavier

Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas

Emídio Sousa

**MINISTRO DE ESTADO E DAS FINANÇAS**

Joaquim José Miranda Sarmento

Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento

José Maria Brandão de Brito

Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais

Cláudia Reis Duarte

Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças

João Silva Lopes

Secretária de Estado da Administração Pública

Marisa Garrido

**MINISTRO DA PRESIDÊNCIA**

António Leitão Amaro

Secretário de Estado Adjunto da Presidência e Imigração

Rui Armindo Freitas

Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

Tiago Macieirinha

Secretário de Estado da Presidência

João Valle e Azevedo

**MINISTRO DA ECONOMIA E DA COESÃO TERRITORIAL**

Manuel Castro Almeida

Secretário de Estado da Economia

João Rui Ferreira

Secretário de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional

Hélder Reis

Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território

Silvério Regalado

Secretário de Estado do Turismo, Comércio e Serviços

Pedro Machado

**MINISTRO ADJUNTO E DA REFORMA DO ESTADO**

Gonçalo Saraiva Matias

Secretário de Estado para a Digitalização

Bernardo Correia

Secretário de Estado para a Simplificação

Paulo Magro da Luz

**MINISTRO DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES**

Carlos Abreu Amorim

**MINISTRO DA DEFESA NACIONAL**

Nuno Melo

Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional

Álvaro Castelo-Branco

Secretário de Estado Adjunto da Política da Defesa Nacional

Nuno Pinheiro Torres

**MINISTRO DAS INFRAESTRUTURAS E HABITAÇÃO**

Miguel Pinto Luz

Secretário de Estado das Infraestruturas

Hugo Espírito Santo

Secretária de Estado da Mobilidade

Cristina Pinto Dias

Secretária de Estado da Habitação

Patrícia Gonçalves Costa

**MINISTRA DA JUSTIÇA**

Rita Alarcão Júdice

Secretário de Estado Adjunto e da Justiça

Gonçalo Pires

Secretária de Estado da Justiça

Ana Luísa Machado

**MINISTRA DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA**

Maria Lúcia Amaral

Secretário de Estado Adjunto da Administração Interna

Paulo Simões Ribeiro

Secretário de Estado da Administração Interna

Telmo Correia

Secretário de Estado da Proteção Civil

Rui Rocha

**MINISTRO DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO**

Fernando Alexandre

Secretário de Estado Adjunto e da Educação

Alexandre Homem Cristo

Secretária de Estado da Administração Escolar

Maria Luísa Oliveira

Secretária de Estado da Ciência e Inovação

Helena Canhão

Secretária de Estado do Ensino Superior

Cláudia Sarrico

**MINISTRA DA SAÚDE**

Ana Paula Martins

Secretária de Estado da Saúde

Ana Povo

Secretário de Estado da Gestão da Saúde

Francisco Gonçalves

**MINISTRA DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL**

Maria do Rosário Palma Ramalho

Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho

Adriano Rafael Sousa Moreira

Secretária de Estado da Segurança Social

Susana Filipa Lima

Secretária de Estado da Ação Social e Inclusão

Clara Marques Mendes

**MINISTRA DO AMBIENTE E ENERGIA**

Maria da Graça Carvalho

Secretário de Estado Adjunto e da Energia

Jean Barroca

Secretário de Estado do Ambiente

João Manuel Esteves

**MINISTRA DA CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTO**

Margarida Balseiro Lopes

Secretária de Estado Adjunta da Juventude e da Igualdade

Carla Rodrigues

Secretário de Estado da Cultura

Alberto Santos

Secretário de Estado do Desporto

Pedro Dias

**MINISTRO DA AGRICULTURA E MAR**

José Manuel Fernandes

Secretário de Estado das Pescas e do Mar

Salvador Malheiro

Secretário de Estado da Agricultura

João Moura

Secretário de Estado das Florestas

Rui Ladeira



# SÉRGIO HUMBERTO EM MISSÃO DE AVALIAÇÃO NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

Sérgio Humberto, membro da Delegação à Assembleia Parlamentar África-UE, participou numa missão do Parlamento Europeu na República Democrática do Congo (RDC).



nuam a limitar a previsibilidade institucional”, diz Sérgio Humberto.

“Em abril de 2025, contavam-se mais de 6,9 milhões de pessoas deslocadas e no ano anterior, cerca de 25 milhões de pessoas encontravam-se em insegurança alimentar aguda”, afirma. “Apenas 19% da população tem acesso regular à eletricidade”.

Entre as causas estruturais do conflito estão o controlo de recursos minerais estratégicos (coltan, ouro, estanho, cobalto) por milícias e redes mafiosas transfronteiriças, a existência de fronteiras porosas e interferência de países vizinhos (como o Ruanda, Uganda e Burundi), a ausência do Estado nas zonas rurais, combinada com má governação e corrupção endémica e os conflitos étnicos históricos exacerbados pela competição por terras e recursos.

A República Democrática do Congo vive um dos conflitos armados mais persistentes e complexos do mundo, especialmente concentrado nas províncias orientais (Kivu do Norte, Kivu do Sul e Ituri).

Desde o fim formal das guerras do Congo (1996–2003), o país permanece afetado por violência cíclica, presença de milícias armadas, instabilidade institucional e crises humanitárias severas.

O deputado do PSD ao Parlamento Europeu reuniu em Kinshasa, capital da RDC, com representantes do governo, nomeadamente com o vice-primeiro ministro e ministros, presidente do Senado, embaixadores, organizações de jovens e de mulheres, movimentos dos cidadãos, entre outros.

Em 2024, a União Europeia financiou programas com Organizações Não Governamentais (ONG) locais para proteger populações vulneráveis e promover a liberdade de expressão (em 20 milhões de euros).

A UE é um dos principais parceiros internacionais da República Demo-

crática do Congo em termos políticos, económicos e humanitários, sendo a RDC um dos países prioritários da União Europeia no âmbito da Estratégia para África, especialmente no que toca à paz, segurança, desenvolvimento sustentável e direitos humanos.

“Em 2024, a UE renovou o seu compromisso de cooperação com a RDC, reforçando o diálogo político e a assistência técnica para apoiar a estabilidade institucional e económica”, explica Sérgio Humberto.

A União Europeia tem procurado apoiar financeiramente a resposta humanitária e aplicar sanções a

indivíduos envolvidos em violações dos direitos humanos.

“Em 2024, a UE destinou 48 milhões de euros em ajuda humanitária à RDC”, adianta o eurodeputado.

Para além disso, a ajuda oficial ao desenvolvimento da União Europeia para a RDC foi de cerca de 500 milhões de euros em 2024, focada em saúde, educação, infraestruturas, boa governação e direitos humanos.

Contudo, a República Democrática do Congo encontra-se no 166º lugar (em 180) no Índice de Perceção da Corrupção. “A fragilidade do sistema judicial e o clientelismo político conti-



# LÍDIA PEREIRA LIDERA MISSÃO OFICIAL DO PPE A WASHINGTON PARA REFORÇAR LAÇOS TRANSATLÂNTICOS

**A eurodeputada Lídia Pereira, vice-presidente do Grupo do Partido Popular Europeu (PPE), liderou uma missão oficial a Washington D.C., no âmbito do Future Lab, iniciativa que coordena no Parlamento Europeu.**

A deslocação, que decorreu entre os dias 2 e 5 de junho, reuniu um conjunto de eurodeputados e dirigentes políticos europeus com o objetivo de aprofundar o diálogo entre os dois lados do Atlântico em áreas estratégicas como Segurança e Defesa, Transição Climática, Digitalização, Comércio Internacional, Liberdade de Expressão e o papel das plataformas digitais.

Ao longo da semana, a delegação manteve encontros de alto nível com representantes políticos, empresários e organizações da sociedade civil norte-americana. Entre os destaques da agenda estiveram as reuniões com os congressistas Mario Díaz-Balart (Partido Republicano) e Jim Costa (Partido Democrata), este último com raízes portuguesas.

Num contexto marcado por tensões comerciais crescentes entre a União Europeia e os Estados Unidos, Lídia Pereira aproveitou os encontros para defender o diálogo como instrumento fundamental na resolução de diferendos, sublinhando a necessidade de proteger o comércio livre e justo entre as duas

economias. *"As relações transatlânticas não podem ser reféns de ciclos protecionistas. Precisamos de soluções concertadas para os desafios comuns que enfrentamos"*, afirmou.

A questão ganhou particular atualidade com a quebra das exportações portuguesas para os EUA em março de 2025, que caíram 8,6% face ao mesmo período do ano anterior, uma descida de 53,1 milhões de euros, segundo os dados mais recentes do INE. Portugal foi o segundo país com maior recuo entre os dez principais destinos das exportações nacionais.

Além do comércio, a missão procurou reforçar a cooperação em áreas como a adaptação às alterações climáticas, a revolução digital e a segurança global, com especial destaque para a guerra na Ucrânia e o papel geopolítico crescente da tecnologia. *"Num mundo cada vez mais instável, a relação entre a UE e os EUA continua a ser o alicerce da ordem democrática internacional"*, afirmou Lídia Pereira.

PAULO DO NASCIMENTO  
CABRAL INTEGRA  
A **DELEGAÇÃO DO  
PARLAMENTO EUROPEU  
PARA A CONFERÊNCIA  
DOS OCEANOS**



O Eurodeputado do PSD Paulo do Nascimento Cabral, integra a delegação do Parlamento Europeu para a Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos (UNOC25), que está a decorrer em Nice, esta semana: *"Integrar esta missão, sendo o único português da Comissão das Pescas e representar o maior grupo político no Parlamento Europeu, o PPE-PSD, deixa-me bastante orgulhoso e é um reconhecimento do trabalho que temos desenvolvido em prol do setor das Pescas e da sua sustentabilidade, bem como na proteção do nosso oceano. A UNOC25 está a transformar-se num momento de viragem na proteção do oceano, da sua biodiversidade, da defesa do setor das pescas e dos pescadores, mas também da importância da descarbonização do transporte marítimo, e da produção de energia, numa abordagem de «um único oceano» em que algo que façamos num ponto do mesmo terá certamente impacto em toda a sua extensão. Por isso, a sua defesa e proteção é uma responsabilidade de todos. Precisamos de proteger os recursos hoje para termos pesca amanhã e foi este o princípio adotado pelo Governo dos Açores para a definição das Áreas Marinhas Protegidas"*.

O Eurodeputado Paulo do Nascimento Cabral manifestou ainda a sua satisfação pela aprovação

e apresentação por parte da Comissão Europeia do Pacto Europeu para o Oceano, que inclui muitos dos pontos defendidos na posição do Partido Popular Europeu (PPE) sobre este assunto. *"Assumi esta responsabilidade, com uma outra colega francesa, e temos na nossa posição os pontos que mais interessam ao nosso país, aos Açores e à Madeira. Posso destacar a questão da definição das Áreas Marinhas Protegidas, a necessidade de uma nova estratégia e liderança marítima que possa ter em conta as relações transatlânticas, mas também a proteção das infraestruturas subaquáticas críticas, dos portos e dos cabos submarinos que passam na nossa área de influência. Está presente ainda o fim dos entraves à renovação das frotas de pesca, ambos essenciais para a competitividade e segurança dos nossos pescadores ou ainda a grande aposta na ciência e observação, que vem ao encontro da nossa proposta de criação do Observatório Europeu do Mar Profundo, essencial para o conhecimento científico do oceano. Incluímos também a proteção do setor das pescas, especialmente de pequena escala e das nossas zonas costeiras, ao defendermos uma definição multianual e justa na definição das quotas de pesca, para dar mais estabilidade e previsibilidade aos nossos pescadores, e a consideração dos*

*três pilares da sustentabilidade na atribuição das quotas, nomeadamente o pilar ambiental, social e económico, ou ainda a promoção da economia azul. Um último destaque que está no nosso documento, passa pelo apoio aos Estados-Membros no âmbito do processo de extensão da plataforma continental, como é o caso de Portugal"*.

A União Europeia aposta no Pacto Europeu para o Oceano para enfrentar desafios como a crise climática, a perda de biodiversidade e a poluição, com foco na sustentabilidade, competitividade e resiliência. Para Paulo do Nascimento Cabral, *"esta estratégia será fundamental para a soberania alimentar, segurança e defesa, ambiente, energia, comércio, economia, influência geoestratégica, transportes e comunicações e irá fortalecer e tornar mais resilientes os setores das pescas e aquicultura, alinhando-os com os objetivos de desenvolvimento sustentável, em que incluo neste conceito de sustentabilidade, os critérios sociais e económicos para permitir a continuação da atividade da pesca e manutenção das nossas comunidades costeiras. Não nos podemos esquecer que a União Europeia possui a maior Zona Económica Exclusiva (ZEE) do mundo, e esta depende em grande medida de Portugal e das suas duas Regiões*

*Autónomas e Regiões Ultraperiféricas (RUP), como os Açores e a Madeira, que em conjunto com as restantes RUP, garantem à União Europeia uma presença em vários oceanos e continentes"*.

A concluir, Paulo do Nascimento Cabral deu nota de que *"o debate aqui em Nice tem sido focado em quatro pontos fundamentais: reforçar a ação global para a definição das Áreas Marinhas Protegidas para alcançarmos os 30% até 2030, a poluição do oceano pelo plástico, a moratória sobre a mineração do mar profundo, e recordo que Portugal foi o primeiro Estado-Membro a subscrever a mesma, e o combate à pesca ilegal, não regulada e não declarada (INN). Tudo isto, colocando os pescadores e as pescas no centro do debate pois são essenciais para a segurança alimentar e para manter as nossas comunidades costeiras, bem como a preservação da nossa herança cultural. Realço dois pontos finais. Estamos a cerca de 10 países para a adoção do Tratado de Alto Mar, que é essencial, e estive numa reunião com a Ministra francesa da Transição Ecológica, Biodiversidade, Florestas, Mar e Pescas, Agnès Pannier-Runacher, que afirmou, perante toda a delegação que Portugal, sobre a questão do oceano é um exemplo para todos e isto tem de ser reconhecido"*.



# CÂMARA DE AVEIRO ABRE CONCURSO PARA ALARGAR PONTE NO CANAL DAS PIRÂMIDES

**A Câmara Municipal de Aveiro aprovou, dia 5 de junho, a abertura do concurso público para o alargamento da Ponte do Canal das Pirâmides, com o preço base de cerca de 1,6 milhões de euros. A empreitada tem um prazo de execução de 540 dias.**

*“A nova infraestrutura, paralela à ponte existente, permitirá melhorar os fluxos de mobilidade, reforçar a segurança rodoviária e contribuir para a redução das emissões associadas a congestionamentos, promovendo uma circulação mais fluida e eficiente – um contributo direto para a qualidade ambiental urbana”,* refere a autarquia.

Durante a reunião do executivo municipal, o presidente da Câmara esclareceu que será criado um segundo tabuleiro ao lado da ponte das eclusas que servirá para o atravessamento rodoviário no sentido

sul-norte e a ponte que já existe será usada para o sentido inverso. A nova travessia irá dispor também de corredores de ciclovia.

José Ribau Esteves explicou ainda que a autarquia decidiu retirar do projeto base uma rotunda do lado da antiga lota, justificando que “*não fazia sentido tomar já decisões*”, porque ainda está a decorrer a elaboração do projeto da nova urbanização naquela zona.

A decisão foi aprovada por unanimidade com os votos a favor da maioria PSD/CDS/PPM e dos vereadores do PS.

# FEIRA ABRE ENSINO SECUNDÁRIO NA EB 23 DE PAÇOS DE BRANDÃO

**A Escola EB 2/3 de Paços de Brandão vai passar a lecionar ensino secundário no próximo ano letivo, anunciou a Câmara de Santa Maria da Feira, antecipando para o local obras de 8,5 milhões de euros em 2027.**

Segundo a autarquia, a mudança já foi confirmada pelo Ministério da Educação e o novo ciclo de escolaridade ficará disponível logo em setembro, no arranque do ano letivo 2025/2026.

O referido estabelecimento do Agrupamento de Escolas de Paços de Brandão passará assim a contar com duas turmas do 10.º ano, uma para o Curso de Ciências e Tecnologias, e outra para o de Línguas e Humanidades, o que abrirá “novas oportunidades para os jovens do território”.

A perspetiva é de Amadeu Alberga-

ria, Presidente da Câmara Municipal da Feira, que afirma que a medida do Ministério da Educação vem dar resposta à crescente procura por ensino secundário nesse concelho de 213,4 quilómetros quadrados e cerca de 137.000 habitantes, e reflete “um reforço estratégico” da rede de ensino pública.

“A abertura do Ensino Secundário em Paços de Brandão é uma conquista há muito desejada pela comunidade e uma das prioridades que identifiquei quando assumi a presidência da Câmara”, declara o autarca social-democrata. “Em 15 meses, fizemos o caminho certo, com trabalho, persis-

tência e um diálogo direto e exigente com o Governo”, acrescenta, defendendo que o alargamento “reforça a coesão do território, valoriza a escola pública” e dá aos jovens do concelho “a oportunidade de permanecerem e crescerem na sua comunidade”.

Quanto às obras de adaptação anunciadas para os anos seguintes, visam “uma requalificação profunda da escola”, o que implicará modernizar os espaços do recinto, renovar o seu pavilhão gimnodesportivo e construir de raiz um novo edifício.

No ano letivo 2025/2026, enquanto o estabelecimento só ministrar o

10.º ano de escolaridade, Câmara propõe-se avançar com o projeto de arquitetura e com o concurso público para adjudicação da empreitada. Em 2027, quando a escola já acolher turmas de 10.º e 11.º anos, deverão então iniciar-se os trabalhos concretos no terreno, com as aulas a decorrerem em paralelo à intervenção.

Dos 8,5 milhões de euros que a autarquia conta gastar na empreitada que se prevê de 12 meses, “cerca de seis milhões serão financiados por fundos comunitários e 2,5 milhões pelo próprio orçamento municipal”.

# CÂMARA DE VISEU APROVA INCENTIVOS PARA BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS

**A Câmara de Viseu aprovou o regulamento de benefícios sociais a atribuir aos Bombeiros Voluntários do concelho, um conjunto de incentivos para os “soldados da paz”.**

“É muito importante. Aprovámos um conjunto de incentivos aos bombeiros voluntários, como algumas benesses fiscais municipais. Nós tínhamos prometido que íamos regulamentar e foi aprovado”, afirmou o Presidente da autarquia, Fernando Ruas, à margem da reunião da Câmara, dia 5 de junho.

Entre os benefícios aprovados constam a redução de 50% no valor das taxas urbanísticas de natureza administrativa e igual percentagem de desconto na rede de transportes urbanos do concelho de Viseu.

O regulamento prevê, igualmente, uma redução de 50% nos preços e taxas a pagar pelos serviços e utilização de instalações desportivas de gestão municipal.

Os Bombeiros Voluntários têm equiparação ao escalão A na ação so-

cial e refeições escolares dos seus descendentes diretos, durante a escolaridade obrigatória, e acesso gratuito às iniciativas culturais e desportivas promovidas pelo Município de Viseu.

“Os Bombeiros têm acesso gratuito, pelo período máximo de duas horas, duas vezes por semana, às piscinas municipais, na modalidade de banhos livres, mediante marcação com, pelo menos, 24 horas de antecedência”, refere ainda o regulamento.

O documento prevê também que, “em caso de morte ou acidente em serviço, do qual resulte uma incapacidade física e impeditiva” de continuar no ativo, “o bombeiro e seu agregado familiar” continuem a beneficiar do regime dos incentivos municipais.

Estas vantagens são atribuídas aos Bombeiros Voluntários “no ativo,

com funções regulares de bom e efetivo serviço há dois ou mais anos” e que “não se encontrem em situação de reserva ou suspensos em resultado de processo disciplinar”.

O regulamento tem como base o “reconhecimento da importância da atividade de proteção civil e o papel que os seus agentes desempenham” numa corporação que tem “diversos níveis de responsabilidade e de ação”.

Na reunião do executivo municipal, foi também aprovado o lançamento do concurso para a construção da nova Unidade de Saúde Pública, com um preço base superior a sete milhões de euros e a construir na entrada norte da cidade, junto ao rio Pavia e ao edifício da Comissão Vitivinícola Regional do Dão (CVR Dão).





# É TEMPO DE AFIRMAR OS AÇORES COMO “REGIÃO DE OPORTUNIDADES”

**O Presidente do Governo Regional dos Açores defende que é tempo de o arquipélago se afirmar como “região de oportunidades” e que o país “tem tudo a ganhar” se souber valorizar o seu potencial.**

José Manuel Bolieiro referiu que a região tem sido reconhecida, “*embora de forma insuficiente*”, quer pelo país, quer pela União Europeia, como região ultraperiférica, mas é agora tempo de se afirmar “*como região de oportunidades*”.

“*Oportunidades para o nosso desenvolvimento e para o potencial estratégico do país e da União Europeia, nos seus enquadramentos geopolíticos*”, afirmou o líder do executivo regional na sessão solene do Dia dos Açores, que este ano decorreu na Praia da Vitória, na ilha Terceira, dia 9 de junho.

E prosseguiu: “*No futuro coletivo regional, tão incerto quanto as perturbações do presente, devemos aspirar*

*a que os valores de solidariedade, equidade, justiça social e dignidade humana continuem a guiar-nos nos Açores. E, com capacidade política, sermos dialogantes e referência de estabilidade*”.

Acrescentou que todos estão desafiados a promover as transformações necessárias ao desenvolvimento dos Açores.

“*Viver nos Açores é viver entre terra e mar, entre isolamento e abertura ao mundo, no Atlântico Norte, entre a ultraperiferia da Europa e a centralidade transatlântica. É este posicionamento Atlântico que nos confere oportunidade de sermos protagonistas das economias do futuro, focadas na sustentabilidade e nas transições digital,*



*energética, tecnológica e científica, nas economias do mar e espacial, no domínio das relações externas, sob lideranças pelo exemplo, e na justa dimensão do nosso posicionamento geoestratégico”, sustentou.*

José Manuel Bolieiro também lembrou que na semana passada tomou posse o novo Governo da República e considerou o momento oportuno para “expressar renovadamente” a dimensão estratégica dos Açores.

*“É o país que tem tudo a ganhar se souber valorizar, com inteligência e ação concreta, o potencial dos Açores. É a União Europeia que tem tudo a ganhar se souber contar com esta sua fronteira ocidental atlântica, para*

*projetar o seu futuro, com relevância global”, afirmou.*

*E concretizou: “Relevância na inovação tecnológica, na liderança pelo exemplo da sustentabilidade da vida humana, vegetal e animal neste planeta, ou na competitividade e crescimento nas novas economias, designadamente a azul, a verde e a tecnológica, consideradas as transições incontornáveis da atualidade como a climática, a energética e a digital”.*

O líder do executivo açoriano destacou ainda a “enorme dimensão marítima e espacial” dos Açores, que dão “centralidade global” ao território.

As comemorações, que decorreram

na Praia da Vitória, são uma organização conjunta da Assembleia Legislativa e do Governo Regional açoriano, na sequência da instituição do Dia da Região Autónoma dos Açores, em 1980, para comemorar a açorianidade e a autonomia. Na sessão solene foram impostas 20 insígnias honoríficas açorianas que distinguem cidadãos e entidades que se tenham destacado “por méritos pessoais ou institucionais, atos, feitos cívicos ou por serviços prestados à região”. Foi atribuída uma insígnia autonómica de valor, quatro insígnias autonómicas de reconhecimento, duas de mérito profissional, uma de mérito industrial, comercial e agrícola e doze insígnias autonómicas de mérito cívico.

# PARLAMENTO AÇORIANO APROVA **NOVO REGIME DE AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL**

**O Parlamento açoriano aprovou, no dia 3 de junho, a iniciativa do Governo da Coligação que cria o novo regime jurídico da Avaliação de Impacte e Licenciamento Ambiental, “alinhando a legislação regional com a evolução das diretivas europeias”.**

Ana Jorge, deputada do PSD/Açores, garantiu na Assembleia Legislativa que o diploma “assegura uma atuação ambiental mais moderna, eficiente e eficaz”, com a introdução de “inovações significativas que refletem a evolução das exigências ambientais e sociais”.

A parlamentar social-democrata elenca, assim, “harmonização de procedimentos e reforço da fiscalização e inspeção, bem como o ajuste dos limiares e tipologias de projetos sujeitos a Avaliação de Impacte Ambiental”.

De acordo com Ana Jorge, o diploma prevê igualmente a “integração de novas tecnologias nos processos de licenciamento e avaliação”, promovendo a desburocratização e transparência de procedimentos, atendendo também às alterações climáticas e à saúde pública.

No seu entender, com a proposta, o Governo Regional liderado por José Manuel Bolieiro “reitera o seu compromisso com a sustentabilidade, a proteção dos recursos naturais e o respeito pelas melhores práticas ambientais europeias”.

Para a parlamentar social-democrata, “a proposta legislativa vai muito além da mera atualização normativa, apostando no uso das melhores técnicas disponíveis, maior segurança jurídica e na participação cívica”.

“Trata-se, pois, de um passo decisivo rumo a uma Região mais resiliente e sustentável, onde o desenvolvimento económico se faz em equilíbrio com a preservação ambiental, garantindo qualidade de vida às presentes e futuras gerações”, concluiu.





# PSD/AÇORES APROVA CRIAÇÃO DO CHEQUE-DENTISTA

**O Parlamento açoriano aprovou, com os votos a favor do PSD/Açores, a criação do cheque-dentista, tendo apresentado várias propostas de alteração, “que melhoraram a iniciativa”, revelou Nídia Inácio, deputada social-democrata.**

*“Trata-se de um importante contributo para melhorar a prestação de cuidados de saúde oral aos açorianos”, referiu durante o debate sobre a iniciativa, onde lembrou que o Programa Regional de Saúde 2030 “promove a saúde oral de forma integral, com ênfase na prevenção e no acesso aos cuidados dentários de qualidade”.*

*“Mas a prevenção é fundamental para que, desde cedo, os açorianos adotem hábitos saudáveis de higiene oral, pelo que investir na mesma é uma das formas mais eficazes de garantir uma melhor saúde oral”, frisou Nídia Inácio.*

*“Ora, a saúde oral nos Açores tem recebido uma atenção crescente, com melhorias nos seus indicadores e esforços para aumentar a acessibilidade aos cuidados respetivos, no âmbito do Serviço Regional de Saúde (SRS)”, disse.*

Para a deputada, “uma implementação bem-sucedida do cheque-dentista pressupõe alinhar o modelo com as políticas públicas de saúde, considerando as necessidades dos açorianos, e promovendo não apenas o acesso, mas também a qualidade dos cuidados dentários”.

“É uma boa medida para a população”, considerou Nídia Inácio, lembrando que “a atual cobertura de saúde oral no SRS inclui consultas de medicina dentária e tratamentos preventivos, bem como programas escolares educativos, campanhas de sensibilização, rastreios e consultas para aconselhamento e triagem inicial”.

Nídia Inácio realçou que “a união de esforços entre Governo, profissionais de saúde e a própria população” será “essencial para superar os desafios únicos da Região e construir um futuro mais saudável para todos”, concluiu.



Número 662 • 10 DE JUNHO DE 1987 • Preço 30\$00

# Procuramos as soluções adequadas e justas para os



Cavaco Silva e o ministro da RFA Martin Bangemann presidiram à sessão de abertura do Lisbon Meeting

# problemas do nosso tempo



Encontro de Lisboa

**Afirmou Cavaco Silva no Encontro que reuniu personalidades de 28 países de todo Mundo**

...tas efectivas aos problemas do nosso tempo — não se nas forças políticas do centro, que defendem os dogmatismos socialistas e conservadores, que são libertas de sistemas caducos, que valorizam primordialmente a liberdade dos indivíduos.»

...ção é do Primeiro-Ministro e Presidente do Conselho do Encontro de Lisboa, organizado pelo PSD e que reuniu diversas personalidades políticas mundiais reformistas.

...ta aos problemas actuais está nas forças políticas — foi esta a ideia-força da intervenção de Cavaco Silva.

...posta não poderá vir de uma esquerda que é baseada na destruição de referenciais históricos, sem fazer propostas inovadoras e adequadas (...).»

...ideologias de direita que confiam cegamente no mercado (...), que não reconhecem a validade das políticas sociais que visam alcançar uma maior equidade distributiva e garantir a todos os indivíduos uma vida social mínima.»

...A seguir transcrevemos, na íntegra, a intervenção de Cavaco Silva.

**O nosso espaço, é o espaço político da inteligência crítica, da moderação e do diálogo sem dogmatismos, onde se faz a síntese criadora entre a liberdade individual e a solidariedade social, entre a dignificação dos Estados e a defesa da vida privada**

**EDIÇÃO N.º 662 do "Povo Livre" | de 10 de junho de 1987**

"Procuramos as soluções adequadas e justas para os problemas do nosso tempo."

# CONVOCATÓRIAS PSD



**RECEÇÃO** TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00 | Email: [convocatorias@psd.pt](mailto:convocatorias@psd.pt)

## DISTRITAIS

### VIANA DO CASTELO ALTERAÇÃO DA DATA DA ASSEMBLEIA DISTRITAL, PUBLICADA NO POVO LIVRE DE 28 DE MAIO DE 2025

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoco a Assembleia Distrital do PSD de Viana do Castelo, para reunir no próximo **dia 20 de junho de 2025, sexta-feira, pelas 21:00 horas**, na sede do PSD de Arcos de Valdevez, sita no Centro Comercial Norte Vez, Rua Nunes de Azevedo, n.º 77 – Cave, em Arcos de Valdevez, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apresentação, discussão e votação do relatório de contas de 2024;
2. Análise dos resultados eleitorais, das eleições legislativas de 2025;
3. Autárquicas 2025;
4. Outros assuntos de interesse.

*Nota: Se à hora prevista não se verificar quórum, a assembleia funcionará meia hora mais tarde, com qualquer número de militantes.*

## SECÇÕES

### BRAGANÇA

Nos termos do artigo 54º dos Estatutos do Partido Social Democrata e tendo em conta as competências previstas no artigo 53º do mesmo diploma, convoco reunião da Assembleia de Secção, a realizar no próximo **dia 26 de junho (quinta-feira), pelas 20H30**, na sede Distrital de Bragança do PSD, sita na Praça da Sé, n.º 16 – 1º, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Análise da situação política;
2. Outros assuntos.

### LOURINHÃ

Ao Abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes da Secção da Lourinhã, para reunir no **dia 21 de junho de 2025 (sábado), pelas 16H00** na sede da concelhia do PSD da Lourinhã, Rua Eng.º Adelino Amaro da Costa, 4 Cave - 2530 - 105 Lourinhã.

Ordem de trabalhos:

1. Análise da situação política local e nacional:
  - a) Situação política local.
  - b) Situação política nacional.
2. Eleições Autárquicas
3. Outros assuntos;

*Se à hora marcada não estiverem presentes o número de militantes necessário para o preenchimento do quórum, a reunião terá início trinta minutos mais tarde, com qualquer número de participantes.*

## MESÃO FRIO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Mesão Frio para reunir no **dia 20 de junho de 2025 (sexta), às 21H00**, na Rua do Mercado Municipal, n.º 1 - Mesão Frio, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Análise da situação política local;
2. Ponto de situação do processo referente às Eleições Autárquicas 2025;
3. Outros assuntos.

*Nota: De acordo com os Estatutos Nacionais do PSD, se às 21H00 não houver o número suficiente de militantes na sala, a Assembleia iniciar-se-á 30 minutos após a hora referida, e pode a mesma deliberar com o número de militantes presentes.*

## MONÇÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco a Assembleia de Secção de Monção do Partido Social Democrata, para reunir no próximo **dia 24 de junho, pelas 21:00 horas**, na sede da secção sita na Rua Direita n.º 117, em Monção, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Análise da situação política local e nacional;
2. Emissão de parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais, sobre proposta da Comissão Política, nos termos do disposto na alínea f) do n.º2 do art. 53º dos Estatutos Nacionais do PSD;
3. Outros assuntos.

## PEDRÓGÃO GRANDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia Plenária de Militantes da Secção Concelhia de Pedrógão Grande, para reunir no próximo **dia 21 de junho (sábado) de 2025, pelas 18h00**, na sua sede, sita em Largo da Restauração, n2 2 A, 3270 - 103 Pedrógão Grande, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Eleições Autárquicas 2025: apresentação dos candidatos aos órgãos autárquicos do concelho de Pedrógão Grande;
3. Outros assuntos de interesse para os militantes.

## TORRES NOVAS

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata convoco a Assembleia de Secção do P.S.D. de Torres Novas, para reunir no próximo **dia 20 de Junho de 2025, às 20H30** na Sede do P.S.D. de Torres Novas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior;
2. Informações;
3. Eleições Autárquicas 2025 – parecer sobre as candidaturas aos órgãos das autarquias locais (Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia);
4. Outros assuntos;

## VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata convocam-se todos os militantes, para reunir em sessão ordinária da Assembleia de Secção de Viana do Castelo, no **dia 20 de junho de 2025 (sexta-feira), às 21H00**, no auditório do Hotel Axis Viana, em Viana do Castelo, sito em Av. Capitão Gaspar de Castro, n.º 866, 4900-462 Viana do Castelo, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apresentação do programa eleitoral, sob proposta da Comissão Política da Concelhia do PSD de Viana do Castelo nos termos do disposto na alínea f, do n.º2, do artigo 53 dos estatutos nacionais do PSD.
2. Análise da situação política;
3. Outros assuntos.

# CONVOCATÓRIAS JSD



**RECEÇÃO** SEGUNDA-FEIRA ATÉ 18H00 | Email: [jsdnacional@gmail.com](mailto:jsdnacional@gmail.com)

## OEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis convocam-se os militantes da JSD Oeiras para a reunir o Plenário de Militantes no dia 18 de Junho de 2025, pelas 20:30h, no Largo Avião Lusitânia nº 15, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Apresentação do Plano de Atividades para o Mandato 2025/2027;
3. Análise das Eleições Legislativas 2025;
4. Análise da Situação Política;
5. Outros Assuntos.

## PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Portalegre, a realizar-se no próximo dia 28 de junho de 2025, pelas 16h30, na sede do PSD Distrital de Portalegre, sita na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, nº17, 7300-097, Portalegre, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Análise da Situação Política;
3. Outros assuntos.



## Convocatória

Ao abrigo do disposto nos Estatutos dos TSD e em conformidade com as disposições constantes do Regulamento Eleitoral dos TSD, nomeadamente nos artigos 3.º, 4.º e 15.º destes, convoca-se para o dia 8 de julho de 2025, das 18 horas às 20 horas, na Sede Distrital do PSD Lisboa AM, na Praça São João Bosco, nº3 em Lisboa a eleição dos seguintes Núcleos:

- Núcleo do IEFP
- Núcleo da RTP;
- Núcleo da INATEL;
- Núcleo da CARRIS.

Lisboa, 05 de junho de 2025

Presidente da Distrital dos TSD/AML

Álvaro de Sousa Carneiro

**Nota:** Nos termos das disposições aplicáveis, as listas de candidatos deverão ser apresentadas ao Presidente do Secretariado Distrital ou a quem este vier a delegar na Praça São João Bosco, nº3 em Lisboa até às 20h do 5º dia útil anterior ao do ato eleitoral (01.07.2025).



## CONVOCATÓRIA

De acordo com o artigo 43º dos estatutos, convoco a Assembleia Distrital dos TSD, para reunir em reunião ordinária, na sede dos TSD, sita à Rua Guerra Junqueiro n.º 64 da cidade do Porto, no dia 4 de julho de 2025, pelas 21 horas com a seguinte ordem de trabalhos:

Ordem de Trabalhos:

- 1. Informações**
- 2. Ratificação da designação do secretariado distrital -**

**Representantes dos TSD nas comissões políticas concelhias do**

**PSD**

- 3. Contributos - Programa eleitoral autárquico 2025**

- 4. Análise da situação político/sindical**

Porto, 6 de junho de 2025

O Presidente da Mesa da Assembleia  
Distrital dos TSD Porto

(Rui André Martins)